

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50

**ATA DA 228ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA  
(15 de agosto de 2012)**

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e doze, às treze horas, na Câmara Municipal de Londrina, após a constatação do quorum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde para sua ducentésima vigésima oitava reunião ordinária, tendo como pontos de pauta: **-13h00- Análise e aprovação da pauta 228ª reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata 227ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. 2-13h30- Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao mês de junho de 2012 – Diretoria Financeira- João Carlos B. Perez. 3-15h00- Revisão do Teto Financeiro; 4-15h50- Avaliação da Programação de Ações e Metas/AIDS; 5-16h30- Relato da comissão de Ética; 6-17h00- Informes; 7-17h30-Teto máximo para encerramento.** O secretário municipal de saúde e presidente do Conselho Municipal de Saúde, **Edson Antônio de Souza**, cumprimenta a todos os presentes e inicia reunião. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** faz uso da palavra e diz que na última reunião, o conselho deliberou que os informes não ficariam como último ponto da pauta, no entanto, eles foram colocados no final da pauta novamente. **Edson Antônio de Souza** coloca que recebeu uma solicitação de inclusão de ponto de pauta, em nome dos membros da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador: *“Vimos através deste documento, solicitar a inclusão de ponto de pauta na 228ª reunião do CMS, a realizar-se no dia 15 de agosto, dando encaminhamento ao que foi deliberado na ultima reunião ordinária da CIST. É mister que esta presidência considere esta solicitação em caráter extraordinário, uma vez que os membros participantes das reuniões da CIST devem informar e discutir junto a plenária do CMS, assunto de tamanha relevância e impacto para o Município. Eliane Nascimento, Eliel Joaquim, Ildo Ioris e Juvira Cordeiro”*. **Edson** continua e diz que no tocante ao questionamento dos informes feito pelo conselheiro Eliel, na reunião da comissão executiva foi decidido que os informes ficariam como penúltimo ponto de pauta e por isso foi colocado para debate novamente. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** diz que aquilo que foi deliberado em plenária não deve voltar a ser discutido pela comissão executiva. A palavra passa a conselheira **Joelma Aparecida de Souza Carvalho**, que inicia dizendo que a executiva voltou a discutir o assunto dos informes devido ao fato de que a maioria dos conselheiros não sabe dar informes e ficam contando historias e demorando muito tempo até chegar ao informe propriamente dito, e, como os informes são abertos para a plenária, as pessoas acabam dando seus informes, indo embora e não ficando para o restante da reunião, por isso, é mais interessante que os informes fiquem para o final da reunião, assim os conselheiros terão mais tempo para falar e não irão prejudicar o andamento dos trabalhos. **Joelma** finaliza e diz que foram estas as ponderações da executiva, e que ela como conselheira pediu ao secretário para que esta discussão retornasse a plenária, pois é melhor que os informes sejam colocados no final de cada reunião. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** diz que a discussão sobre os informes já foi deliberada pela plenária do CMS e acabou voltando para a executiva, logo, este encaminhamento é algo equivocados e isso não é bom para a democracia do conselho, pois se trata de algo que já havia sido votado, pois o conselho é paritário, democrático e isso precisa ser respeitado. O secretário de saúde, Edson Antonio de Souza, faz uso da palavra, e diz que o conselho nunca trabalhou por grupos e sim pelo CMS e pela saúde, e a decisão de manter os informes no fim da pauta foi devido ao fato de que na ultima reunião, demorou-se 1 hora e 30

51 minutos nos informes, o que acabou prejudicando toda a pauta da referida reunião,  
52 mas logicamente qualquer conselheiro pode questionar e pedir para que seja revisto a  
53 questão dos informes. **Edson** sugere que se faça uma votação para decidir se os  
54 informes ficarão como 6º ponto de pauta ou 2º ponto. O conselheiro **Eliei Joaquim**  
55 **dos Santos** diz que esta discussão era ponto vencido, e isso é algo que não deve  
56 voltar a se repetir. O secretário de saúde, **Edson Antonio de Souza**, afirma que a  
57 discussão da pauta nunca é vencida, pois ela pode ser modificada na reunião do CMS.  
58 O conselheiro **Eliei Joaquim dos Santos** diz que a questão dos informes já foi votada  
59 em reunião anterior, e parece que a executiva esta acima da plenária. **Edson Antônio**  
60 **de Souza** diz que a executiva não está acima da plenária, e realmente havia sido  
61 votado que os informes viriam como 2º ponto, mas nada impede que qualquer  
62 conselheiro faça uma solicitação para mudar isso, logo, não é uma questão vencida, e  
63 a decisão da comissão executiva foi pensando na reunião do CMS. A palavra passa  
64 ao conselheiro **Fahd Haddad**, que diz esta discussão somente está correndo devido  
65 ao fato de que os informes estão sendo descaracterizados e prejudicando a pauta, e  
66 onde quer que eles sejam colocados, deve haver um critério para dar o informe, do  
67 contrário, se perderá muito tempo, como alias, aconteceu na reunião passada. **Fahd**  
68 pede a inclusão de um ponto de pauta para a Comissão de Elaboração do Projeto de  
69 Lei do Conselho, que está, entre outras coisas, discutindo a questão da paridade do  
70 conselho. A conselheira **Maria Osvaldina Mello** pede para que o relato da Comissão  
71 de Ética seja colocado como 3º ponto de pauta. O secretário de saúde, **Edson**  
72 **Antônio de Souza**, coloca em votação a proposta de inclusão na pauta da questão da  
73 saúde do trabalhador solicitada pela CIST, feito que é obtido de forma favorável e  
74 unânime por todo o conselho. **Edson** coloca em votação o pedido de inclusão feito  
75 pelo conselheiro **Fahd**: Comissão de Elaboração do Projeto de Lei do Conselho,  
76 **sendo a inclusão aprovada por unanimidade. A seguir, os conselheiros aprovam**  
77 **por maioria, o pedido de inversão proposto pela conselheira Maria Osvadina,**  
78 **passando então o ponto de pauta nº 5, Relato da Comissão de Ética, para 3º**  
79 **ponto de pauta, sendo que nesta votação se abstiveram do voto os conselheiros**  
80 **Valmir Rocha e Rosicler Amarins. Edson Antônio de Souza** prossegue e coloca  
81 em votação a manutenção do item “**Informes**” **como penúltimo ponto de pauta,**  
82 **feito que é obtido de forma unânime por todo o conselho.** Na sequencia, a pauta é  
83 considerada aprovada com as alterações propostas. O secretário **Edson Antônio de**  
84 **Souza** dá continuidade à reunião e coloca em aprovação a Ata da 227ª Reunião  
85 Ordinária, sendo está aprovada de forma unânime pelo conselho. Após a  
86 aprovação da ata, **Edson** passa ao ponto de pauta seguinte da reunião: **Prestação de**  
87 **Contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao mês de junho de 2012. Edson**  
88 **Antônio de Souza** continua e diz que na reunião passada, foi feito um  
89 questionamento com relação ao percentual de aplicação do Município em saúde, por  
90 isso, está sendo entregue aos conselheiros, um relatório que foi retirado do sistema do  
91 Tribunal de Contas, referente ao período de janeiro a junho de 2012, no qual foi  
92 apurado um índice de 29,31%, sendo que a EC29 obriga o Município a gastar 15% no  
93 mesmo período, ou seja, Londrina aplicou acima do que é preconizado. Outro  
94 documento que está sendo encaminhado aos conselheiros é a aprovação de contas  
95 do FMS do exercício 2011, que foi feita pelo TC do estado e sem nenhuma ressalva.  
96 **Edson** finaliza e diz que na ultima reunião, o conselheiro Aylton fez um  
97 questionamento quanto a aplicação do índice de 15% com relação aos pensionistas e  
98 aposentados, onde a lei diz que não poderia ser efetuado o pagamento dos encargos  
99 sociais, por isso, foi feita uma consulta junta a controladoria sobre a questão nos  
100 seguintes dizeres:” *Em virtude da publicação da lei complementar 141, os membros do*

101 Conselho Municipal de Saúde levantaram um questionamento a esta secretaria,  
102 referente aos gastos que podem ser interpretados como despesa em ações e serviços  
103 públicos de saúde. Dentre tais gastos, que entendem em desacordo para efeito a  
104 apuração do limite de aplicação de recursos em saúde, encontra-se: 7% da cota de  
105 contribuição previdenciária do empregador, o recolhimento de 4% ao Fundo de  
106 Assistência em Saúde para Acidente de Trabalho (ativos e inativos), e a coleta de  
107 resíduos gerados pela própria secretaria, por exemplo, descarte de medicamentos  
108 vencidos e que são entregues na vigilância sanitária, seringas e agulhas usadas,  
109 algodão, gaze, etc. Entendemos que coleta de resíduos não se enquadra no artigo 4º,  
110 VI, da lei em questão, haja vista que são resíduos gerados nas atividades das ações  
111 em saúde como vigilância sanitária, tratamento, vigilância, etc. Desta forma, em vista da  
112 lei complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, questionamos a adequação destes  
113 gastos, dentro das despesas permitidas com ações e serviços em saúde  
114 pública". Edson finaliza a leitura e diz que após o questionamento apresentado,  
115 obteve-se a seguinte resposta da controladoria, através da CV/590, encaminhada a  
116 SMS: "Em resposta ao encaminhamento formulado através do ofício 218, temos a  
117 informar o que segue: O entendimento dos conselheiros de saúde, sobre a não  
118 possibilidade do pagamento das despesas elencadas, não pode ser acolhido, uma  
119 vez que, da leitura dos dispositivos contidos na lei complementar 141 de 2012, não  
120 encontramos nem um artigo que contenha vedação ao pagamento das referidas  
121 despesas. Despesas com cotas de contribuição previdenciária do empregador e  
122 recolhimento de seguro de acidente de trabalho são **encargos sociais devidos ao**  
123 **sistema de seguridade social**, e, portanto, são inerentes as despesas com  
124 pagamento de vencimentos dos trabalhadores da área da saúde, pagamento este,  
125 expressamente admitido no artigo 3º, inciso X, que não deixa margem de dúvida sobre  
126 a sua inclusão no conceito de despesas com ações de serviços públicos de saúde. No  
127 que se refere ao pagamento de serviços de resíduos gerados pela própria SMS, o  
128 entendimento deste órgão de controle, é de que a possibilidade da realização de  
129 referidas despesas, em nada contradiz ao que está estabelecido na lei, e a  
130 interpretação dada pela SMS é ratificada pelo controle interno, pois de fato, a despesa  
131 elencada não guarda relação com o artigo 4º, VI, pelo contrário, esta afeta ao artigo  
132 3º, XII. Atenciosamente, Élon dos Santos, Controlador Geral do Município". A seguir  
133 passa-se ao cumprimento do ponto de pauta seguinte: **Prestação de Contas do**  
134 **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, referente ao mês de JUNHO/2012. João Carlos**  
135 **Barbosa Perez**, membro da diretoria financeira, apresenta a Prestação de Contas  
136 referente ao mês de JUNHO/2012, das contas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.  
137 CNPJ: 11.323.261/0001-69. **ATENÇÃO BÁSICA – Fonte 495.** Junho/12: SALDO  
138 INICIAL. R\$ 3.307.911,38. RECEITA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 1.999.686,11. Despesas  
139 Orçamentária+ Restos à Pagar. R\$ 2.327.566,38. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$  
140 2.680.031,11. SALDO BANCÁRIO: R\$ 2.680.031,11. SALDO A LIQUIDAR R\$  
141 \*1.788.819,42. \*Jan a Jun/12. **ATENÇÃO BÁSICA – 495 - DESPESA POR**  
142 **ELEMENTO. JUNHO/2012. Passagens e Despesas com Locomoção. R\$ 10.533,37.**  
143 **Contratação por Tempo Determinado. R\$ 985.957,12. Obrigações Patronais. R\$**  
144 **132.097,58. Diárias – Pessoal Civil. R\$ 400,00. Material de Consumo. R\$ 294.611,33.**  
145 **Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita. R\$ 332.742,46. Passagens e**  
146 **Despesas com Locomoção. R\$ 53,80. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.**  
147 **R\$ 2.609,37. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. R\$ 560.240,35.**  
148 **Obrigações Tributárias e Contributivas. R\$ 940,00. TOTAL: R\$ 2.320.185,38.**  
149 **ATENÇÃO BÁSICA – 495 – RESTOS A PAGAR. DESPESA POR ELEMENTO –**  
150 **JUNHO/2012. Material de Expediente. R\$ 2.995,60. Materiais de Saúde para**

151 Distribuição Gratuita. R\$ 1.289,86. Serviços de Controle Ambiental em Geral. R\$  
152 3.095,54. **TOTAL: R\$ 7.381,00. MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**  
153 **E HOSPITALAR - FONTE 496. JUNHO/2012.** Saldo Inicial R\$ 1.327.526,34. Receita  
154 Orçamentária. R\$ 12.844.007,94. Despesa Orçamentária + Restos a Pagar. R\$  
155 11.758.095,81. Déficit/Superávit. R\$ 2.413.438,47. Saldo Bancário. R\$ 2.413.438,47.  
156 Saldo a Liquidar R\$ 3.339.181,65. **DESPESA POR ELEMENTO. JUNHO/2012.**  
157 Contratação por Tempo Determinado. R\$ 566.585,16. Outros Serviços de Terceiros –  
158 Pessoa Jurídica. R\$ 1.207.788,00. Passagens e Despesas com Locomoção. R\$  
159 26.259,66. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 9.955.385,39. Outros  
160 Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas. R\$ 2.077,60. **TOTAL: 11.758.095,81. –**  
161 **MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR –FONTE:**  
162 **JUNHO/2012.** Saldo Inicial Conta: (1) Valor R\$ 979.317,32. Média e Alta  
163 Complexidade – Conta: 624020 – R\$ 979.317,32. **RECEITAS NO MÊS – Conta: (2) –**  
164 **R\$ 12.355.359,66. MAC. Teto Financeiro – Recebido em 08/06/2012. R\$**  
165 **10.784.637,44. FAEC - R\$ 1.570.722,22. TOTAL DA RECEITA – Conta: (1)+(2)=(3)**  
166 **R\$ 13.334.676,98. PAGAMENTOS: MAIORES PRESTADORES: UEL – Hospital**  
167 **Universitário Reg. Norte PR. Data: 1-12-14-26/06. Valor: 3.503.748,30. Instituto do**  
168 **Câncer de Londrina. Data: 11-20/06. Valor: 1.900.221,36. Hoftalon Cto.Estudos e**  
169 **Pesq.Visão. Data: 6-12-14/06. Valor: 888.784,50. Irmandade Santa Casa de Londrina.**  
170 **Data: 20/06. Valor: 751.326,56. Associação Evangélica Benefic.Londrina – Data:12 /06**  
171 **Valor; 545.596,15. Clínica Psiquiátrica de Londrina. Data: 1-26/06. R\$ 403.100,27.**  
172 **TOTAL MAIORES PRESTADORES: Valor: 7.992.777,14. Demais Prestadores: Valor:**  
173 **1.956.986,78. TOTAL PRESTADORES: (4) Valor: 9.949.763,92. RESTOS A PAGAR:**  
174 **(5) Valor: 0,00. SALDO PARCIAL: Conta: (3)-(4)-(5)=(6) Valor: 3.384.913,06. SALDO**  
175 **A LIQUIDAR: Conta: (7) Valor: 3.339.181,65. MAIORES PRESTADORES PAGOS.**  
176 **ATÉ 10/07/12: (8) Valor: 1.392.526,52. Amaral, Utsumi & Yokoyama Ltda. Data:**  
177 **05/07/2012. Valor: 500.446,99. Histocom Nefrologia S/S Ltda. Data: 05/07/2012. Valor:**  
178 **589.079,53. Clínica Psiquiátrica de Londrina. Data: 05/07/2012. Valor: 227.000,00.**  
179 **Villa Normanda Psiquiátrica. Data: 05/07/2012. Valor: 61.000,00. Maxwell Hospital Dia**  
180 **de Londrina S?C Ltda. Data: 05/07/2012. Valor: 15.000,00. VIGILÂNCIA EM SAÚDE –**  
181 **FONTE 497. JUNHO/2012: Saldo Inicial R\$ 2.333.059,21. Receita Orçamentária. R\$**  
182 **966.309,61. Despesa Orçamentária + Restos a Pagar R\$ 282.639,13.**  
183 **Déficit/Superávit. R\$ 3.016.729,69. Saldo Bancário R\$ 3.016.729,69. Saldo a Liquidar**  
184 **R\$ \*126.425,65. \*Jan a Jun/12. DESPESA POR ELEMENTO – JUNHO/2012.**  
185 **Equipamentos e Material Permanente. R\$ 14.818,00. Material de Consumo. R\$**  
186 **5.056,00. Contratação por Tempo Determinado. R\$ 26.159,50. Diárias – Pessoal Civil.**  
187 **R\$ 400,00. Material de Consumo. R\$ 29.567,26. Material, Bem ou Serviço para**  
188 **Distribuição Gratuita. R\$ 11.290,20. Passagens e Despesas Com Locomoção. R\$**  
189 **2.990,57. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. R\$ 188.738,29. TOTAL: R\$**  
190 **279.019,82. RESTOS A PAGAR: Material de Expediente. R\$ 3.344,50. Material Para**  
191 **Manutenção de Veículos. R\$ 274,81. TOTAL: R\$ 3.619,31. ASSISTÊNCIA**  
192 **FARMACÊUTICA – FONTE 498. JUNHO/2012 – Saldo Inicial. R\$ 3.597.693,29.**  
193 **Receita Orçamentária. R\$ 21.296,93. Despesa Orçamentária+Restos a Pagar. R\$**  
194 **66.454,77. Déficit/Superávit. R\$ 3.552.535,45. Saldo Bancário. R\$ 3.552.535,45. Saldo**  
195 **a Liquidar. R\$ 252.078,10. DESPESA POR ELEMENTO – JUNHO/2012. Material,**  
196 **Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita R\$ 66.185,73. TOTAL: R\$ 66.185,73.**  
197 **RESTOS A PAGAR – JUNHO/2012. Materiais de Saúde para Distribuição Gratuita.**  
198 **R\$ 269,04. TOTAL: 269,04. GESTÃO DO SUS – FONTE 499 – JUNHO/2012. Saldo**  
199 **Inicial R\$ 950.786,29. Receita Orçamentária+REC. EXTRA. R\$ 6.139,42. Despesa**  
200 **Orçamentária+Restos a Pagar. R\$ 34.184,00. Déficit/Superávit. R\$ 922.741,71. Saldo**

201 Bancário. R\$ 922.741,71. Saldo a Liquidar. R\$ \*244.880,99. \*Jan a Junho/12.  
202 **RESTOS A PAGAR: DESPESA POR ELEMENTO. JUNHO/2012.** Diárias – Pessoal  
203 Civil. R\$ 1.484,00. Passagens e Despesas com Locomoção. R\$ 700,00. Outros  
204 Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. R\$ 32.000,00. **TOTAL: R\$ 34.184,00.**  
205 **OBRAS – JUNHO/12.** Saldo Inicial R\$ 1.092.596,48. Receita Orçamentária. R\$  
206 449.718,50. Despesas Orçamentária + Restos a Pagar. R\$ 55.496,69.  
207 Deficit/Superavit R\$ 1.486.818,29. Saldo Bancário. R\$ 1.486.818,29. Saldo a Liquidar.  
208 R\$ 0,00. **DESPESA POR ELEMENTO – JUNHO/12. RESTOS A PAGAR:** Postos de  
209 Saúde – UBS Ouro Branco F: 500. R\$ 55.112,10. Posto de Saúde – UBS MR.Thomas  
210 F: 356. R\$ 384,59. **TOTAL: R\$ 55.496,69. SERVIÇOS PRESTADOS – FONTE 369.**  
211 JUNHO/2012. Saldo Inicial. R\$ 2.307.392,15. Receita Orçamentária. R\$ 710.680,98.  
212 Despesa Orçamentária + Restos a Pagar. R\$ 288.623,71. Déficit/Superávit R\$  
213 2.729.449,42. Saldo Bancário R\$ 2.729.449,42. Saldo a Liquidar R\$ 226.134,22.  
214 **DESPESA POR ELEMENTO – JUNHO/2012.** Material de Consumo. R\$ 84.338,47.  
215 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. R\$ 6.500,93. Outros Serviços de  
216 Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 197.414,68. **TOTAL: 288.254,08. RESTOS A PAGAR:**  
217 Prestação de Serviços de Coleta de Lixo. R\$ 369,63. **TOTAL: 369,63. RECURSOS**  
218 **DO TESOIRO – FONTE 001. JUNHO/2012.** Saldo Inicial R\$ 65.388,22. Receita  
219 Orçamentária e Extra Orçamentária R\$ 170.075,43. Despesa Orçamentária+Restos a  
220 Pagar R\$ 178.732,00. Déficit/Superávit R\$ 56.731,65. Saldo Bancário R\$ 56.731,65.  
221 Saldo a Liquidar R\$ 31,12. **DESPESA POR ELEMENTO – JUNHO/2012.** Vencimentos  
222 e Vantagens Fixas – Pessoal Civil. R\$ 120.611,11. Outras Despesas Variáveis –  
223 Pessoal Civil. R\$ 7.092,06. Auxílio-Alimentação R\$ 5.401,37. Obrigações Patronais  
224 R\$ 29.920,76. Sentenças Judiciais R\$ 2.074,20. Outros Serviços de Terceiros –  
225 Pessoa Jurídica R\$ 13.632,50. **TOTAL: R\$ 178.732,00. RECEITAS VINCULADAS –**  
226 **FONTE 303. JUNHO/2012.** Saldo Inicial R\$ 3.872.464,79. Receita Orçamentária e  
227 Extra Orçamentária. R\$ 11.114.316,93. Despesa Orçamentária + Restos a Pagar. R\$  
228 11.335.749,08. Déficit/Superávit R\$ 3.651.032,64. Saldo Bancário R\$ 3.572.279,82.  
229 Saldo a Liquidar. R\$ \*2.014.036,99. \*Jan a Jun/12. **DESPESA POR ELEMENTO**  
230 **JUNHO/2012.** Auxílio-Alimentação R\$ 507.633,13. Auxílio-Transporte R\$ 16.880,59.  
231 Contratação por Tempo Determinado. R\$ 63.733,52. Contribuições. R\$  
232 61.284,84. Equipamentos e Material Permanente. R\$ 87.322,70. Material de Consumo.  
233 R\$ 916,07. Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita. R\$ 13.896,20. Obras  
234 e Instalações. R\$ 103.458,42. Obrigações Patronais. R\$ 1.568.148,14. Obrigações  
235 Tributárias e Contributivas. R\$ 811,31. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil. R\$  
236 917.592,37. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. R\$ 9.045,64. Outros  
237 Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. R\$ 48.733,52. Ressarcimento de Despesas  
238 de Pessoal Requisitado. R\$ 10.835,66. Salário Família R\$ 4.722,56. Subvenções  
239 Sociais. R\$ 5.598,74. Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil. R\$  
240 7.932.016,26. **Total R\$ 11.335.749,08. TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA –**  
241 **FONTE 510. JUNHO/2012.** Saldo Inicial R\$ 238.783,57. Receita Orçamentária e Extra  
242 Orçamentária R\$ 1.285,82. Despesa Orçamentária + Restos a Pagar. R\$ 69.612,87.  
243 Déficit/Superávit. R\$ 170.456,52. Saldo Bancário. R\$ 170.456,52. Saldo a Liquidar R\$  
244 56.264,00. **DESPESA POR ELEMENTO – JUNHO/2012.** Material de Consumo. R\$  
245 35.074,24. Passagens e Despesas com Locomoção. R\$ -240,00. Outros Serviços de  
246 Terceiros – Pessoa Jurídica. R\$ 34.638,23. **TOTAL: 69.472,47. RESTOS A PAGAR –**  
247 **JUNHO/2012.** Manutenção e Conservação de Veículos. R\$ 140,40. **TOTAL: R\$**  
248 **140,40. INGRESSO DE RECURSOS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –**  
249 **JUNHO/2012 – em R\$.** FONTE: 001 - Receita Orçamentária – 816,87. Receita Extra-  
250 Orçamentária – 169.258,56. **TOTAL: 170.075,43. FONTE: 303 – Receita Orçamentária**

251 – 21.055,89. Receita Extra-Orçamentária – 11.139.936,00. TOTAL: 11.160.991,89.  
 252 FONTE: 510 – Receita Orçamentária – 1.285,82. Receita Extra-Orçamentária – 0,00.  
 253 TOTAL: 1.285,82. **TOTAL: Receita Orçamentária – 23.158,58. Receita Extra-**  
 254 **Orçamentária – 11.309.194,56. TOTAL: 11.332.353,14. RECURSOS SEC. SAÚDE –**  
 255 **VLRS. MENSAIS.** Recursos incorporados no teto via contratos com prestadores ou no  
 256 teto do município. **DESTINAÇÃO:** HOFTALON (Ref. Ivaiporã cf. 3ª CIB) – Pactuação  
 257 c/outras regionais para oferta de procedimentos de M.A.C. – R\$ 24.922,62. **TOTAL:**  
 258 **R\$ 24.922,62. CLIN. PSIQ. DE LDA –** Complementações diárias internações de  
 259 adultos e adolescentes - **R\$ 126.070,11. TOTAL: R\$ 126.070,11. H.Z.N. e H.Z.S. –**  
 260 Incentivo para melhoria de qualidade – R\$ 170.000,00. **TOTAL: 170.000,00.**  
 261 **CISMEPAR –** Incentivo para melhoria de qualidade – R\$ 30.000,00. Incremento aos  
 262 Consórcios de Saúde Implement. e manut. da oferta da assistência da área de  
 263 especialidades médicas – R\$ 50.000,00. **TOTAL: R\$ 80.000,00. TETO MAC DE LDA**  
 264 **–** Pactuações c/outras regionais para oferta de procedimentos de M.A.C. – R\$  
 265 35.046,25. **TOTAL: R\$ 35.046,25. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – TOTAL: R\$**  
 266 **79.159,59. SAMU – TOTAL: R\$ 84.500,00. TOTAL: Pactuações c/outras regionais**  
 267 **para oferta de procedimentos de M.A.C. – R\$ 59.968,87. TOTAL:**  
 268 **Complementação diárias internações de adultos e adolescentes – R\$ 126.070,11.**  
 269 **TOTAL: Incentivo para melhoria de qualidade – R\$ 200.000,00. TOTAL:**  
 270 **Incremento aos Consórcios de Saúde implement. e manut. da oferta da**  
 271 **assistência da área de especialidades médicas – R\$ 50.000,00. TOTAL:**  
 272 **599.698,57. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA – RECEITAS – FMS – 2013.**  
 273 **PARTICIPAÇÃO POR NÍVEL DE GOVERNO. UNIÃO (MENOS PACTUAÇÕES) – R\$**  
 274 208.399.617,16. - % 53,23. ESTADO – R\$ 7.196.382,84. - % 1,81. MUNICÍPIO – R\$  
 275 176.132.000,00. - % 44,96. **TOTAL R\$: 391.728.000,00. – TOTAL %: 100,00.**  
 276 **RESUMO DOS CONVÊNIOS DE 2007 – SALDO EM JUNHO/2012. FONTE: 334 –**  
 277 Descrição da Fonte de Recurso: Convênio 2076/2003 – UBS Patrimônio Regina. Saldo  
 278 Inicial – 01/01/2012 - R\$ 3.114,70. Receita no Mês Junho: R\$ 0,00. Receita no  
 279 Período Anterior – Junho - R\$ 27,62. Despesa no Mês Junho: R\$ 0,00. Despesa no  
 280 Período Anterior Junho - R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no Mês – Junho: R\$ 0,00.  
 281 Déficit ou Superávit no Período Junho: R\$ 3.142,32. Saldo Bancário 31/06/2012- R\$  
 282 3.142,32. **FONTE 340 –** Centro de Referência à Saúde do Trabalhador – CEREST.  
 283 Saldo Inicial – 01/01/2012 - R\$ 314.341,49. Receita no mês – Junho: R\$ 0,00. Receita  
 284 no Período Anterior – JUNHO: R\$ 0,00. Despesa no mês JUNHO: R\$ 0,00. Despesa  
 285 no Período Anterior JUNHO: R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no mês JUNHO: R\$ 0,00.  
 286 Déficit ou Superávit no Período – JUNHO: R\$ 314.341,49. Saldo Bancário –  
 287 31/06/2012. R\$ 314.341,49. **FONTE 347-Convênio 4888/2005-Qualificação da Gestão.**  
 288 Saldo Inicial – 01/01/2012 - R\$ 629.832,49. Receita no mês JUNHO: R\$ 3.984,95.  
 289 Receita no Período Anterior JUNHO- R\$ 25.103,94. Despesa no mês – JUNHO: R\$  
 290 0,00. Despesa no Período Anterior JUNHO: R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no mês  
 291 JUNHO: R\$ 3.984,95. Déficit ou Superávit no Período JUNHO: R\$ 658.921,38. Saldo  
 292 Bancário 31/06/2012. R\$ 658.921,38. **FONTE 349 –** Pró Saúde MS Londrina. Saldo  
 293 Inicial – 01/01/2012 - R\$ 233.738,69. Receita no mês JUNHO: R\$ 0,00. Receita no  
 294 Período Anterior JUNHO: R\$ 0,00. Despesas no Mês JUNHO: R\$ 0,00. Despesa no  
 295 Período Anterior JUNHO: R\$ 133.000,00. Déficit ou Superávit no mês JUNHO: R\$  
 296 0,00. Déficit ou Superávit no Período JUNHO: R\$ 100.738,69. Saldo Bancário  
 297 31/06/2012 R\$ 100.738,69. **TOTAL: Saldo Inicial – 01/01/2012 - R\$ 1.181.027,37.**  
 298 **TOTAL: Receita no mês JUNHO: R\$ 3.984,95. TOTAL: Receita no Período Anterior**  
 299 **JUNHO: R\$ 25.131,56. TOTAL: Despesa no Mês JUNHO: R\$ 0,00. TOTAL: Despesa**  
 300 **no Período Anterior JUNHO: R\$ 133.000,00. TOTAL: Déficit ou Superávit no mês**

301 JUNHO: R\$ 3.984,95. TOTAL: Déficit ou Superávit no Período JUNHO: R\$  
302 1.077.143,88. TOTAL: Saldo Bancário 31/06/2012 - R\$ 1.077.143,88. João Carlos  
303 Barbosa encerra a apresentação e se coloca a disposição para os esclarecimentos. A  
304 palavra passa ao conselheiro **Fahd Haddad**, que pergunta se é possível serem  
305 utilizados os três mil reais do convênio do Patrimônio Regina ou se valor será  
306 devolvido à União. **João Carlos** responde que este recurso é uma sobra de um  
307 convênio que já foi executado, mas é algo que pode ser pleiteado para uma possível  
308 utilização. O conselheiro **Ildo Ioris** faz uso da palavra e diz que a comissão tem feito  
309 vários questionamentos e todos têm sido respondidos. **Ildo** continua e pergunta como  
310 está à questão do consórcio de medicamentos. O secretário de saúde, **Edson**  
311 **Antonio de Souza**, coloca que o projeto de lei já foi feito e encaminhado para a CML,  
312 sendo que a câmara havia tomado uma deliberação em plenário, de que todos os  
313 projetos do executivo deveriam ter parecer jurídico, e isso está dificultando um pouco,  
314 e mesmo assim, o projeto foi encaminhado sem parecer jurídico, até porque existe a  
315 ata da reunião e toda documentação com a anuência do CMS para que seja feita a  
316 adesão ao consorcio, mas a CML devolveu, e ao que parece, ela está discutindo  
317 novamente a necessidade ou não do parecer prévio. O conselheiro **Ildo Ioris** pergunta  
318 se já existe algum resultado sobre a auditoria do contrato da ARAGUAIA. **João Carlos**  
319 esclarece que a auditoria da ARAGUAIA foi concluída, remetida para a SMS, e ela  
320 será encaminhada para a corregedoria para apuração de responsabilidade, e,  
321 concomitantemente a isso, há as ações da gestão pública com relação às aplicações  
322 de penalidades que o contrato previa e as demais manifestações com relação a  
323 controladoria, sendo que será remetido ao fundo a copia destes relatórios. A  
324 conselheira **Lazara Regina Resende** faz uso da palavra e questiona se existe um  
325 repasse para a capacitação dos conselheiros e em qual bloco ele se encontra. **João**  
326 **Carlos** coloca que não sabe se a verba em questão vem para este fim, e acredita que  
327 poderia ser usado o bloco 499, mas é algo que precisa ser confirmado. O secretário de  
328 saúde, **Edson Antonio de Souza**, explica que a fonte 499 é gestão do SUS, e se  
329 houver algum recurso para essa finalidade, ele será repassado nesta fonte. A  
330 conselheira **Lazara Regina Resende** pergunta como poderia ser utilizado o recurso do  
331 PROSAUDE que está parado. **João Carlos B. Perez** explica que o saldo em relação  
332 ao PROSAUDE já reduziu, começou com aproximadamente 300 mil e está em 100 mil,  
333 e existem processos licitatórios vinculados a este recurso na gestão, logo, parte deste  
334 recurso já foi executada em obras, ou seja, este saldo já reduziu. A conselheira **Lazara**  
335 **Regina Resende** coloca que já são três apresentações em que o valor demonstrado é  
336 o mesmo. **João Carlos B. Perez** explica que tudo depende da viabilização dos  
337 processos licitatórios, pois muitas vezes temos o saldo aqui, o vinculamos ao processo  
338 licitatório e ele ainda está tramitando. O secretário de saúde, **Edson Antonio de**  
339 **Souza**, diz que na próxima reunião, será demonstrado o saldo do PROSAUDE e os  
340 processos licitatórios em andamento. A palavra passa ao conselheiro **Aylton Paulus**  
341 **Junior**, que agradece ao controlador Hécio dos Santos pela atenção dada aos  
342 questionamentos que foram feitos na última reunião, e aproveita para solicitar, por  
343 intermédio do secretário de saúde, que seja ampliada a consulta na questão específica  
344 dos planos, na página 42 do relatório, que descreve a CAAPSM Plano de Assistência  
345 a Saúde, pois se trata de mais de 20 milhões de reais por ano, dinheiro que não está  
346 na saúde da cidade e sim na saúde do trabalhador da prefeitura. **Edson Antônio de**  
347 **Souza** diz que na consulta que foi feita isso já está incluso, pois quando se verifica as  
348 Obrigações Patronais, que é o elemento de despesa 31.91.13, ele se divide em dois  
349 percentuais: 17% que é a previdência social e 4% que é acidente de trabalho, sendo  
350 que os servidores da saúde que porventura venham a sofrer acidente de trabalho são

351 custeados com estes 4% que vão para a CAAPSML, e ela assume o compromisso de  
352 fazer o tratamento destes servidores acidentados, logo, quando foi feito o  
353 questionamento junto ao controlador, foi colocado os 17% de previdência e 4%  
354 acidente de trabalho, que compõe os 21% citados pelo conselheiro Aylton, ou seja, a  
355 controladoria já respondeu, mas se o conselheiro quiser que seja feito  
356 especificadamente, não há problema. O conselheiro **Aylton Paulus Junior** faz uso da  
357 palavra, e diz entender que se um servidor segurado da CAAPSML precisar de  
358 atenção a saúde, ele irá ao ambulatório desta e recebe o atendimento. **Edson**  
359 **Antônio de Souza** explica que são coisas distintas, por exemplo, se ele tiver o plano  
360 de saúde, é ele quem paga e não a prefeitura, mas, se ele sofrer um acidente de  
361 trabalho, neste caso, quem vai pagar é os 4% que são empenhados para a  
362 CAAPSML, sendo que esta é composta por 4 fundos: previdência, que subdivide em 2,  
363 um equilibrado e outro não, fundo de saúde, para onde vai o recurso em questão, e o  
364 órgão gerenciador que é quem gerencia todos os outros. O conselheiro **Ildo Ioris** faz  
365 uso da palavra e diz que todo o problema em discussão está na nomenclatura plano  
366 de saúde. **Edson Antônio de Souza** coloca que este é um classificador de contas do  
367 Tribunal de Contas e é padrão do estado. **João Carlos B.Perez** sugere ao conselheiro  
368 Aylton que faça uma consulta na lei 5268/92, a qual cria a CAAPSML, traz a  
369 nomenclatura e coloca o plano de saúde, que é opcional, abrindo o percentual do  
370 plano de previdência social, que são os 17% mais 4% que são os encargos sociais. O  
371 conselheiro **Aylton Paulus Junior** faz uso da palavra e diz que o artigo 4º da lei 141  
372 traz a seguinte redação: *“Não constituirão despesas com ações e serviços públicos de*  
373 *saúde: Pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive de servidores da saúde”*.  
374 Diante disso, seria interessante que o controlador Hércio ampliasse sua pesquisa para  
375 sanar essa dúvida. **João Carlos B.Perez** diz que será feita uma consulta pontual  
376 referente aos 4%. O conselheiro **Aylton Paulus Junior** coloca que a dúvida persiste  
377 quanto ao artigo 4º, incisos I e II, da lei 141. O secretário de saúde, **Edson Antônio de**  
378 **Souza**, coloca que será feita a consulta quanto aos itens mencionados. O conselheiro  
379 **Aylton Paulus Junior** pergunta se a despesa relacionada na página 8 – Serviços de  
380 Controle Ambiental em Geral - no valor de dois mil trezentos e noventa e quatro reais,  
381 não deveria ser de competência da Secretaria do Meio Ambiente. **Edson Antônio de**  
382 **Souza** esclarece que a despesa em questão é referente ao pagamento da  
383 dedetização e limpeza que são feitas nas caixas de todas as unidades de saúde. O  
384 conselheiro **Aylton Paulus Junior** pede um esclarecimento sobre o item - Serviços de  
385 Assistência Social- na página 23 do relatório, onde constam 16 mil reais destinados ao  
386 Centro de Recuperação, pois isto deve ser analisado na consulta ao controlador, já  
387 que a lei 141 veda a aplicação de recursos da saúde na assistência social. **João**  
388 **Carlos Barbosa** esclarece que a apresentação é feita por blocos de financiamento, e  
389 são computados gastos do tesouro na saúde, com a fonte 303. Essa fonte que tem a  
390 despesa no valor de 16 mil reais é a 499, e este recurso vem da União carimbada,  
391 para que sejam contratadas entidades para leitos de acolhimento, no caso em  
392 questão, é empenhado para a entidade Morada de Deus, onde existem 40 leitos, logo,  
393 o recurso em questão não é computado como gastos em saúde porque esta na fonte  
394 499 e vem com destino certo. O secretário de saúde, **Edson Antônio de Souza**,  
395 coloca que a entidade Morada de Deus faz o tratamento de dependentes químicos, ou  
396 seja, é o público alvo da saúde, atendido por uma parceria com esta entidade privada  
397 sem fins lucrativos, sendo que a classificação Assistência social é do Tribunal de  
398 Contas. O conselheiro **Aylton Paulus Junior** diz que como está no fundo é despesa  
399 em saúde, por isso, fica a observação em relação ao nome, já que a lei fala  
400 expressamente sobre esta vedação. **Edson Antônio de Souza** explica que embora a



401 entidade seja de assistência social, ela está fazendo assistência para tratamento de  
402 saúde de dependentes químicos. O conselheiro **Aylton Paulus Junior** diz que a  
403 despesa com Assistência Social aparece muitas vezes no balancete. **João Carlos**  
404 **Barbosa** esclarece que isso se deve a classificação de despesas do Tribunal de  
405 Contas do estado, sendo que se deve atentar para o objeto da despesa e não  
406 somente na nomenclatura do classificador de gasto. O conselheiro **Aylton Paulus**  
407 **Junior** questiona o pagamento de despesa com iluminação pública, contida na pagina  
408 32 do balancete. **Edson Antônio de Souza** explica que se refere ao pagamento de  
409 despesas de energia dos estabelecimentos da secretaria de saúde. O conselheiro  
410 **Aylton Paulus Junior** pergunta ao que se refere o pagamento de despesas com  
411 palco de som, descrito na ata da Comissão do Fundo. **Edson Antônio de Souza**  
412 explica que é referente ao pagamento de despesas de eventos promovidos pela SMS,  
413 por exemplo, na inauguração da unidade Ouro Branco foi contratado o som e palco  
414 para apresentação de um grupo musical. O conselheiro **Ildo Ioris** faz uso da palavra, e  
415 convida o conselheiro **Aylton** a participar da próxima reunião da Comissão do Fundo,  
416 pois muitos dos questionamentos e dúvidas do conselheiro são levantadas na reunião  
417 da comissão. A palavra passa a conselheira **Maria Osvaldina Mello**, que pergunta se  
418 existe alguém responsável pela fiscalização da entidade citada anteriormente. **João**  
419 **Carlos** explica que todo pagamento do financeiro passa pelo recebimento provisório,  
420 que é dado por quem recebeu o serviço "in loco", sendo ainda que a diretora Ângela é  
421 quem acompanha a execução do contrato. **Edson Antônio de Souza** explica que a  
422 servidora Ângela é quem faz a avaliação do serviço da entidade em questão. **Edson**  
423 **da sequência a reunião e coloca em votação a aprovação da Prestação de**  
424 **Contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao mês de junho de 2012, feito**  
425 **que é obtido de forma unânime por todo conselho, com exceção feita ao**  
426 **conselheiro Aylton Paulus Junior que se absteve do voto.** **Aylton** coloca que se  
427 absteve do voto pelo fato de que irá aguardar que seja ampliada a resposta do  
428 controlador quanto às questões levantadas anteriormente. O secretário de saúde,  
429 **Edson Antonio de Souza**, passa ao ponto de pauta seguinte da reunião: **3-Relato Da**  
430 **Comissão de Ética.** A palavra passa a conselheira **Artemizia Martins**, que inicia  
431 dizendo que a Comissão de Ética já realizou 4 reuniões e irá fazer o relato de duas  
432 delas, em que foram discutidas denúncias levadas até a comissão. Antes de tudo, foi  
433 discutida a necessidade de a comissão rever o regimento do conselho, para que seja  
434 designada realmente a competência da Comissão de Ética, pois a comissão entende  
435 que não cabe a ela definir a penalidade e sim fazer o encaminhamento das denúncias,  
436 sendo que o atual regimento é omissivo em como deve proceder a referida comissão,  
437 pois o regimento fala que deve ser levado até a autoridade competente, que é a  
438 presidência do CMS, por isso, hoje será encaminhado à mesa os  
439 documentos. **Artemizia** continua e solicita que cada membro da comissão traga  
440 estatutos de suas instituições e respectivas comissões de ética, para que possamos  
441 mandar as propostas e seja formalizada a comissão. **Artemizia** prossegue e faz o  
442 relato da reunião da Comissão de Ética, realizada no dia 05 de junho, onde foi  
443 discutida uma denúncia do CDH, sobre um relatório sem assinatura, supostamente de  
444 autoria da Comissão do Fundo, sendo que foi solicitada a presença dos membros  
445 desta comissão. O senhor Natal compareceu para prestar esclarecimentos à comissão  
446 sobre o documento supracitado, relatando que foi trocado de e-mail e por algum motivo  
447 foi xerocado. A comissão sentiu-se satisfeita com os esclarecimentos do senhor Natal  
448 e está encaminhando o documento a mesa do conselho para apreciação. No dia 11 de  
449 julho, a comissão fez outra reunião, referente à outra denúncia do CDH que versava  
450 sobre a postura de uma conselheira. A reclamação teve origem em uma fala contida

451 na ata de uma reunião do CMS ocorrida em dezembro de 2011, nas linhas 608 a 612,  
452 em que a conselheira Maria Ângela diz que é acostumada a trabalhar com gente  
453 honesta, pois a reclamação do CDH colocou que isso foi uma ofensa, por isso, a  
454 Comissão de Ética solicitou a presença da conselheira Maria Ângela, que  
455 posteriormente enviou uma carta e pediu que fosse lida na reunião: “*Venho por meio  
456 desta, comunicar que por motivo de tratamento de saúde, não poderei estar presente  
457 na reunião da Comissão de Ética, para me retratar aos conselheiros, pois no calor da  
458 hora falei “desonestas”, mas eu gostaria de falar a frase ilegal, me perdoe os  
459 ofendidos, pois em momento algum citei nomes, sou humana e preciso aprender  
460 muito. Um abraço fraterno: Maria Ângela Magro*”. **Artemizia** diz que a comissão de ética  
461 acatou a retratação da conselheira e, por solicitação de seus membros, encaminhou  
462 ao Ministério Público a suposta ilegalidade citada pela conselheira Maria Ângela na ata  
463 de dezembro de 2011. **Artemizia** diz que é necessário um trabalho com o regimento  
464 interno, para que as comissões possam desenvolver corretamente os seus  
465 encaminhamentos. **Artemizia** finaliza e diz que os membros da comissão são os  
466 conselheiros Carlos, Maria Osvaldina, Isaltina, Julia, sendo que é necessário definir  
467 quem entra no lugar do conselheiro Cícero. A palavra passa ao secretário **Edson**  
468 **Antonio de Souza**, que coloca que o segmento de usuários deve escolher o  
469 representante para o lugar do conselheiro Cícero na comissão de ética. A conselheira  
470 **Sandra Iara Sterza** faz uso da palavra e diz que é muito delicado o assunto da  
471 comissão de ética, e é necessário se ter um regimento e uma forma de se discutir isso,  
472 sendo que por experiência própria, as discussões e levantamentos devem ser feitos de  
473 forma sigilosa, evitando assim sanções e polemias. **Edson Antônio de Souza dá**  
474 prosseguimento à reunião e passa ao ponto de pauta seguinte: **4-Revisão do Teto**  
475 **financeiro e Lei 4911**. A palavra passa ao conselheiro **Fahd Haddad**, que inicia  
476 falando sobre o teto financeiro. Fahd coloca que foi solicitado este ponto de pauta  
477 devido ao fato de que, há muitos anos, está sendo pedida uma discussão mais ampla,  
478 pois estes recursos estão sendo destinada para assistência a saúde, e, felizmente, na  
479 última reunião, a comissão executiva acatou este pedido. Todos tem conhecimento da  
480 dificuldade financeira que o país está passando, principalmente na área da saúde, e,  
481 no próximo dia 23 de agosto, em Curitiba, ocorrerá o movimento do SUS + 10, com o  
482 intuito de que no orçamento da união, 10% sejam destinados a saúde, hoje o número  
483 é bem menor que isso, sendo que isso reflete diretamente na assistência. **Fahd** diz  
484 que foi feita uma discussão com a DACA, com todo segmento de prestadores, para  
485 levantar se o teto financeiro está adequado ou não a nossa região, e concluiu-se que  
486 hoje não será apresentado nenhum número em definitivo ao conselho, pois existem  
487 muitos valores que precisam ser analisados melhor, e a discussão inicial era para  
488 verificar o quanto há de atraso, pendências, o quanto está sendo executado e não  
489 pode ser cobrado por falta de teto, e ainda, quais são os serviços que serão  
490 implementados e precisarão de recurso. Fahd diz que o secretário Edson já assumiu o  
491 compromisso de que na próxima reunião do conselho, teremos os números  
492 discriminados e em que linhas serão feito o pedido de aumento junto ao governo  
493 federal, já que o MS, SESA e o Município, devem trabalhar em consonância com a  
494 nova política do Ministério, ou seja, através das chamadas rede de atenção. O  
495 conselheiro **Eliel Joaquim** faz uso da palavra e diz que essa é uma discussão muito  
496 importante e será necessária muita habilidade nesse pleito, pois trata-se de uma  
497 questão política. O conselheiro **Fahd Haddad** faz uso da palavra e passa a **discussão**  
498 **da Lei 4911 e as propostas de alterações na mesma**. **Fahd** diz que saiu uma  
499 resolução recente do conselho e do Tribunal de Contas do Estado, o qual veio ao  
500 Município fazer uma auditoria e pediu para que fosse feita uma correção no número de

501 usuários do CMS, em função de que não haveria paridade entre os seguimentos, logo,  
502 a comissão começou esta discussão e está avaliando um novo projeto de lei, com o  
503 escopo de se adequar os componentes de acordo com a resolução, sendo que a  
504 resolução 453 do CNS, que saiu dia 12 de junho, também reforçou esta necessidade.  
505 O esboço do novo projeto de lei será trazido até a plenária para análise, aprovação e  
506 encaminhamento a CML. Em seus trabalhos, a comissão verificou que a Comissão  
507 Executiva também não está paritária, por isso, seria importante rever esta questão.  
508 Hoje, a comissão conta com 3 usuários, 1 trabalhador, 1 prestador e 1 gestor, ou seja,  
509 6 membros, e pela proposta da comissão a executiva passaria a ter 8 membros, com  
510 50% de usuários, 2 trabalhadores, 1 gestor e 1 prestador. **Fahd** finaliza e diz que está  
511 é a proposta da comissão, para que o CMS possa começar a se adequar desde já à  
512 nova resolução. O secretário **Edson Antônio de Souza** questiona se pode ocorrer  
513 problema nas discussões e votação, já que a comissão executiva passaria a ter um  
514 número par de conselheiros. A palavra passa à conselheira **Nadya Christiane S.**  
515 **Pellizzari**, que coloca que sobre a questão da paridade, falta um conselheiro  
516 representante dos trabalhadores no CMS. **Nadya** pergunta qual é o tempo de mandato  
517 dos conselheiros e sobre a questão do secretário ser o presidente do conselho. O  
518 secretário **Edson Antonio de Souza** coloca que no presente momento, somente está  
519 sendo discutida a paridade da comissão executiva, pois a alteração da lei 4911 ainda  
520 não foi finalizada e deverá ser trazida a plenária posteriormente. O conselheiro **Fahd**  
521 **Haddad** diz que todas as dúvidas levantadas pela conselheira **Nadya** estão sendo  
522 contempladas nas alterações da lei. O secretário **Edson Antonio de Souza** coloca  
523 **em votação a proposta do aumento de membros da comissão executiva para 4**  
524 **usuários, 2 trabalhadores, 1 gestor e 1 prestador, sendo está aprovada de forma**  
525 **unânime por todo o conselho.** A seguir, é passado ao ponto de pauta seguinte:  
526 **Avaliação da Programação de Ações e Metas/AIDS**, apresentado pela Enfª Regina  
527 Cortes. Regina inicia a apresentação: **RELATÓRIO DA PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES**  
528 **E METAS DE DST/AIDS – JANEIRO – MAIO 2012. ATIVIDADES DE PREVENÇÃO**  
529 **REALIZADAS. 1 – Carnaval: Dias 19 e 20 de fevereiro; 2 – Dia Mundial de Combate a**  
530 **Tuberculose: 24/04 – no calçadão em parceria com estudantes do curso de medicina;**  
531 **3 – Lançamento do teste rápido de Hepatite e Sífilis em 25/06. PROGRAMADAS: 4 –**  
532 **Dia Nacional da Construção Social realização pelo SINDUSCON – 18/08 Escola**  
533 **Municipal Zumbi dos Palmares. 5 – Comemoração de 01 de Dezembro. Projeto**  
534 **Atletismo: Projeto Solidariedade Sempre.** Distribuição de 70.272 preservativos.  
535 **Parcerias:** Secretaria da Mulher: Curso de sensibilização com alunas do curso de  
536 Psicologia p/ atender as mulheres do Morro do Carrapato e Mulheres em reclusão.  
537 Secretaria do Idoso; Ação Social. **DIAGNÓSTICO:** – Sorologia nas UBS. Janeiro –  
538 estimado 1.000; Fevereiro – 1.035; Março – 1.540; Abril – 1.503; Maio - estimativa de  
539 1.500; **TOTAL: 6.578.** Teste Rápido – CTA. Realizados 931 testes rápido p/ HIV.  
540 Sendo 42 resultados positivos (13 fem. E 29 masc.). Realizado 90 testes rápido p/ HIV  
541 durante as campanhas de CO nas UBS Vila Ricardo e Itapoá. **ASSISTÊNCIA:**  
542 Distribuição de Medicamentos – 23 tipos de medicamentos. – 4.371 atendimentos na  
543 farmácia totalizando a distribuição de 11.453 frascos de medicamentos. **Distribuição**  
544 **de leite para crianças expostas:** Janeiro: 86 latas. Fevereiro: 117 latas. Março: 110  
545 latas. Abril e Maio: ainda não enviou o relatório. **Distribuição de cesta básica no**  
546 **Centro de Referência: 82 mês. Grupo de Mulheres Positivas:** Grupo com  
547 aproximadamente 15 mulheres, com reuniões mensais. **Casa de Apoio Tipo II – Casa**  
548 **de Maria** com 53 pessoas. Recebe R\$ 18.000,00 por mês, num total de R\$ 90.000,00.  
549 Irá subir para R\$ 30.000,00. **Passagens ODC –** Fornecidas 07 passagens para  
550 Curitiba. Solicitadas: 05 passagens para São Paulo para o mês de agosto.

551 **FORMAÇÃO DE CONHECIMENTO:** Capacitação em Aconselhamento em DST/AIDS  
552 – Dias 22/23/24 de maio – CID. Dia 29/30/31 de maio – CID. Dia 25/26/27 de setembro  
553 – Vila. Dia 29/30/31 de outubro – Vila. Participação no Congresso de Prevenção de  
554 DST/AIDS e Hepatites Virais. São Paulo de 28 a 31 de agosto. Apresentação de 05  
555 trabalhos. **GESTÃO:** Compras Recebidas – 32 cadeiras giratórias (R\$ 7.648,00). 30  
556 mesas (R\$ 7.170,00). Total de R\$ 14.818,00. **Compras em Processo** – 90 cadeiras  
557 modelo secretária R\$ 6.687,00. 02 câmaras fotográficas R\$ 906,00. 200 camisetas  
558 carnaval R\$ 2.894,00. 4.000 leques para carnaval R\$ 1.468,00. – 01 projetor  
559 multimídia R\$ 1.415,00. 03 televisores 40' R\$ 1.415,00. - 08 computadores. Regina  
560 encerra a apresentação. A conselheira **Maria Osvaldina** faz uso da palavra e pergunta  
561 se está compra já entrou no plano de 2012-2013. **Regina** coloca que está ocorrendo o  
562 processo da compra de material e já foram recebidos alguns. A conselheira **Maria**  
563 **Osvaldina** diz que não viu nada descrito no plano municipal para a AIDS. Regina  
564 informa que talvez não esteja descrita para a AIDS, mas como parte do bloco, pois  
565 não existe um processo de compra específico da AIDS. O secretário **Edson Antonio**  
566 **de Souza** explica que está em processo licitatório, mas não se licita de forma  
567 segmentada. O conselheiro **Eliei Joaquim** pergunta se as mulheres que moravam no  
568 Morro do Carrapato, e que agora foram para o Vista Bela, ainda estão sendo  
569 acompanhadas. **Eliei** questiona ainda se o teste rápido é seguro. **Regina** explica que  
570 o teste é bastante seguro e já faz oito anos que existe no Brasil, sendo que em  
571 Londrina ele foi iniciado em 2008 e se adotou duas metodologias, uma era contraprova  
572 da outra, e isso deu muito certo, e, do ano passado para cá, se adotou uma  
573 metodologia apenas e o teste já é diagnóstico, e ele está sendo usado também para  
574 hepatite B e C e Sífilis. No teste rápido de AIDS, se o resultado der não reagente, é  
575 assegurado ao paciente que ele não está infectado com o HIV, e se der reagente é  
576 feita uma nova metodologia para contraprova. O conselheiro **Eliei Joaquim** diz que  
577 houve um aumento no número de idosos infectados com o vírus HIV e gostaria de  
578 saber se estes casos são mais comuns em mulheres ou homens. Regina responde  
579 que há mais casos de idosos em tratamento. O conselheiro **Natal de Oliveira** faz uso  
580 da palavra e inicia dizendo que pertence à paróquia Nossa Senhora de Lurdes, da Vila  
581 Siam, onde a pastoral do idoso tem aproximadamente 40 pessoas em atividade física,  
582 mas é uma academia da Santos Dumont é que está fazendo essas atividades 3 vezes  
583 por semana, sendo que este mês irá terminar esta cortesia da academia, por isso,  
584 gostaria de verificar se a secretaria do idoso pode manter algum educador físico no  
585 grupo. **Regina** coloca que esta questão é de competência da secretaria do idoso. A  
586 conselheira **Maria Osvaldina** pergunta qual é o percentual de pacientes com  
587 tuberculose em Londrina. Osvaldina pede ainda, que na próxima reunião, seja enviado  
588 um relatório com o número de idosos infectados com o HIV em Londrina. **Regina**  
589 informa que atualmente, existem 135 casos de TB e eles estão em tratamento dentro  
590 das UBS. Há 43 casos que são atendidos dentro do centro de Referência e são casos  
591 multi-resistentes, com infecção HIV e extrapulmonar. Regina continua e diz que neste  
592 ano, foi trazido para Londrina a referência 3 de TB, que significa que estão sendo  
593 acompanhados casos de multiresistência de macrorregião, e em 5 regionais Londrina  
594 é a referência para o tratamento. **Regina** finaliza e diz que Londrina deveria ter hoje,  
595 por volta de 250 casos de pessoas em tratamento, e foi diagnosticado quase que a  
596 metade disso, mas o trabalho está sendo feito para atingir os objetivos e a maior  
597 dificuldade está na compra de equipamentos. A seguir é passado ao próximo ponto de  
598 pauta da reunião: **Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador.** A palavra passa  
599 a conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro**, que inicia dizendo que a solicitação deste  
600 ponto de pauta trata do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, pois ocorre

601 que o referido centro foi locado no novo organograma, assinado pelo Prefeito, sendo o  
602 centro estadual- núcleo Londrina. Ocorre que todos os CEREST's do Brasil são  
603 subordinados a vigilância em saúde, e aqui em Londrina, segundo um informe da  
604 reunião passada, o Drº Adilson de Castro colocou que o CEREST será ligado à  
605 vigilância epidemiológica, no entanto, a vigilância epidemiológica não é a missão do  
606 CEREST, pois o centro faz o atendimento, propõe e intervém junto as empresas e  
607 demais órgãos, em uma situação intersetorial, propondo ações de saúde do  
608 trabalhador e atendendo este trabalhador quando ele não consegue configurar o nexo  
609 da doença ocupacional no INSS, sendo que o trabalhador retorna para a empresa, a  
610 empresa não o recebe e ele então é acolhido e é feito todo acompanhamento até que  
611 a pessoa volte a ter condição laboral. É feito ainda pelo CEREST, um trabalho de  
612 referencia no Brasil, motivo pelo qual a própria senhora Olga Rios recebeu hoje pela  
613 manhã em mãos, um documento idêntico ao que está sendo entregue ao secretário, o  
614 qual fala da situação que ocorreu por conta da mudança do organograma, e, embora  
615 muitas pessoas falem que o CEREST em Londrina não funciona, ele tem um trabalho  
616 reconhecido no Brasil todo, ou seja, é um trabalho que funciona, resolve e que acolhe  
617 todos os trabalhadores. **Juvira** continua e diz que foi solicitado junto ao Prefeito e  
618 protocolado com o apoio do Drº Paulo Tavares, que o CEREST permaneça, inclusive  
619 no dia de ontem houve uma reunião no gabinete do Prefeito com a presença de vários  
620 seguimentos, pessoas representando a DRT, Sindicato dos Trabalhadores de Cargas,  
621 , Sindicato dos Técnicos em Segurança, Sindicato da Indústria da Construção Civil ,  
622 Sindicato dos Técnicos em Meio Ambiente, conselheiros e alguns servidores do  
623 CEREST, pois mesmo com a sua atual estrutura enxuta, o CEREST funciona muito  
624 bem, e ele deveria ser ampliado, e aumentar ainda mais suas ações, para que ele  
625 possa receber verba da federação para estar trabalhando. **Juvira** diz que foi solicitada  
626 a análise do Prefeito sobre a questão, o qual se comprometeu a dar uma resposta, da  
627 mesma forma o promotor, que ainda solicitou que a documentação fosse enviada ao  
628 Dr Lucio, que é presidente do Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador, pedindo  
629 que o CEREST seja mantido como está atualmente, pois, se for necessário, se irá a  
630 todas as instancias com esse intuito. **Juvira** diz que foi a AMS quem fez a mudança e a  
631 câmara não tem a noção do que ela representa .Os servidores do CEREST foram  
632 informados que eles deveriam apresentar nomes e dados, para que fossem feitos  
633 novos carimbos, e que cada um iria para um novo setor, mas isso não pode ocorrer de  
634 forma alguma, até porque esta mudança é uma ação em saúde e ela tinha de ser  
635 aprovada aqui neste conselho, e mais, teria de ser aprovada no CES, pois o CEREST  
636 é Estadual. **Juvira** finaliza e diz que o CEREST não pode estar ligado a vigilância  
637 epidemiológica e somente é legítimo que esteja na vigilância em saúde, porque ele  
638 não pode ficar restrito a notificações de epidemiologia. A palavra passa ao conselheiro  
639 **Eliei Joaquim**, que inicia dizendo que faz parte da saúde do trabalhador na 17ª  
640 Regional de Saúde e está preocupado, pois a discussão deveria ter passado pelo  
641 CMS, pois ela foi levantada rapidamente pelo conselheiro Ildo em uma reunião  
642 anterior, na qual inclusive este conselho votou e aprovou uma verba que seria  
643 designada para CEREST, no valor de 314 mil reais, por isso, gostaria de saber porque  
644 está verba não foi destinada. **Eliei** continua e diz que gostaria de deixar claro que não  
645 está defendendo o trabalhador que esta dentro do setor, pois isso quem define é o  
646 gestor municipal, e é ele quem decide como, quando e onde vai estar, mas, o que se  
647 quer é que o Município apresente ao CMS a política da saúde do trabalhador, pois  
648 montar um núcleo é muito fácil, e foi feita uma avaliação dentro do SINDPREVS,  
649 comparando como era e como vai ficar, e se viu que na verdade não se modifica nada,  
650 mas é preciso que o secretário traga esta discussão para o conselho, pois estamos

651 aqui para apoiar a secretaria, dentro de uma lógica que vai contemplar os  
652 trabalhadores que necessitam do CEREST em Londrina. A palavra passa ao secretário  
653 **Edson Antonio de Souza**, que inicia dizendo que a Prefeitura, através de  
654 empresários, contratou um instituto chamado INDG, o qual fez um trabalho dentro da  
655 SMS, e um dos blocos contratados foi à reestruturação organizacional da  
656 secretaria. Se pegarmos o organograma antigo, veremos que o CEREST estava  
657 subordinado ao diretor executivo na época, que hoje é o diretor geral, logo, não a  
658 cabimento em termos o CEREST subordinado ao diretor geral, pois hierarquicamente,  
659 esta figura está abaixo do secretário de saúde e tem a função de ajudar na  
660 coordenação de toda política de saúde do Município, que são as diretorias,  
661 assessorias que vem no nosso organograma, composto hierarquicamente pelo  
662 secretário, diretor geral, assessores, gerentes e coordenadores. Edson diz que o  
663 CEREST estava vinculado ao diretor geral, ou seja, teoricamente, não havia uma  
664 política ou uma diretoria que cobrasse efetivamente os resultados do CEREST, e não  
665 esta dizendo que ele não deu resultados, mas está colocando enquanto política de  
666 gestão da secretaria. Havia a diretoria de epidemiologia e a diretoria de vigilância  
667 sanitária, e nestas duas, foi criada a diretoria de vigilância em saúde, e é exatamente  
668 onde temos hoje a figura do CEREST, e suas atribuições, que estavam no  
669 organograma antigo e passaram para o novo, foram elaboradas pelos próprios  
670 servidores do CEREST, ou seja, as atribuições continuam as mesmas, e a  
671 preocupação enquanto gestor não está na caixa, e sim na política de saúde do  
672 trabalhador, não é se o CEREST vai estar na vila da saúde ou no marco zero, pois  
673 está é um questão administrativa do secretário, sendo que o CEREST hoje tem um  
674 diretora, que se chama Sandra Caldeira, que é diretora de vigilância em saúde, e ela  
675 está sediada no marco zero, logo, não tem sentido a diretoria estar no Marco Zero e os  
676 subordinados a ela estarem na Vila da Saúde, por isso, está sendo feita uma  
677 reorganização da secretaria, será tirado um departamento da Prefeitura e levado para  
678 a Vila da Saúde, pessoas que estão na vila e são atreladas a diretoria da Sandra  
679 serão levadas para o prédio do marco zero, o CMS sairá do marco zero, e a ouvidoria  
680 será trazida para o gabinete. Edson continua e diz que o que se quer, e isso já foi  
681 cobrado da diretora Sandra, é que seja apresentada uma política de saúde do  
682 trabalhador, para que seja discutido tudo isso. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro**  
683 pergunta em que sala será atendido o trabalhador. O secretário **Edson Antonio de**  
684 **Souza** coloca que já está sendo preparada uma sala para o atendimento ao  
685 trabalhador no marco zero, e será uma sala para a Dr<sup>a</sup> Mara e uma ante-sala, onde o  
686 trabalhador aguardará atendimento, isso tudo está em fase de execução, mas toda  
687 estrutura, hoje sediada na vila, será levada ao novo prédio. O diretor geral, **Adilson**  
688 **Castro**, faz uso à palavra e diz que primeiramente gostaria de se desculpar pelo  
689 atraso. A conselheira **Joelma Apda de Souza Carvalho** pede questão de ordem e diz  
690 que o Dr<sup>a</sup> Adilson deve primeiramente se inscrever para poder falar, pois há uma  
691 listagem de inscritos e ela deve ser respeitada. O conselheiro **Eliei Joaquim dos**  
692 **Santos** faz uso da palavra e diz que hoje existe um setor que trata da saúde do  
693 trabalhador, na questão das vistorias de empresas, por isso, gostaria de saber se  
694 neste novo organograma, o pessoal que está saindo da vila e indo para o marco zero  
695 irá ficar com estes servidores que fazem as vistorias, e ainda, se neste novo local  
696 haverá uma sala para atendimento do trabalhador lesionado. A palavra passa a  
697 diretora **Sandra Caldeira**, que inicia dizendo que as atribuições do núcleo, foram feitas  
698 pelos servidores, logo, não muda em nada do trabalho que está sendo feito, e a saúde  
699 do trabalhador que já está no marco zero tem o espaço deles e estão vinculados  
700 dentro da vigilância sanitária. As atividades do núcleo perpassam pela vigilância

701 epidemiológica, vigilância sanitária e mais as outras atividades próprias do núcleo, por  
702 isso que ele ficou como um núcleo dentro da vigilância epidemiológica, mas é um  
703 núcleo e não uma coordenação, e todas as suas atividades serão relacionadas dentro  
704 da vigilância epidemiológica saúde do trabalhador e vigilância sanitária. Dentro das  
705 atividades que hoje são desenvolvidas, esta sendo organizado um consultório para a  
706 Dr Mara.O objetivo foi o de acolher estes servidores, pois eles estavam sem diretoria,  
707 fazer o fluxo entre as vigilâncias, fazendo crescer este núcleo, pois infelizmente nos  
708 perdemos o CEREST municipal e daqui para frente podemos tentar este resgate, mas  
709 no momento o que temos é o núcleo, e o objetivo é o de fazer o melhor por ele.A  
710 palavra passa ao diretor **Adilson Castro**, que inicia dizendo que o CEREST Londrina  
711 não existe desde 2009, ele foi descredenciado pelo Ministério da Saúde em função da  
712 criação do CEREST Macro Regional Norte 1.Dentro do organograma anterior da SMS,  
713 estava este grupo de pessoas, que hoje é um núcleo, diretamente ligado na diretoria  
714 executiva, o que é uma excrescência também , porque este pessoal que trabalha com  
715 saúde do trabalhador tem de estar dentro da vigilância em saúde, e isto é uma norma  
716 do Ministério da Saúde.Chegou-se então a duas situações:Ou este pessoal viria para  
717 a vigilância sanitária para trabalhar junto com os fiscais da vigilância na questão das  
718 indústrias, ou este pessoal continuaria trabalhando em uma política de atenção a  
719 saúde do trabalhador, e saúde do trabalhador se faz em todas as unidades de saúde,  
720 não se cria ambulatório específico para saúde do trabalhador, isso é algo que não  
721 existe, e as experiências que existem são horríveis e enfadonhas, pois o SUS é para  
722 atender a todos, inclusive o trabalhador, e temos implantadas em nossas unidades as  
723 notificações de agravos a saúde do trabalhador, logo, não há cabimento nesta assunto  
724 voltar a ser discutido aqui. Adilson continua e diz que há 5 pessoas no núcleo, logo,  
725 que se apresente então uma política de saúde do trabalhador efetiva, e não a de tocar  
726 um ambulatório quem em 3 anos atendeu 600 pessoas, pois isso não pode ser aceito,  
727 por isso, que se apresente uma política, que se ela for boa para o trabalhador e para o  
728 Município de Londrina, com certeza será encaminhada, mas se quer efetividade,  
729 informação e que isso funcione efetivamente, pois o que não pode é ficar um grupo de  
730 pessoas, cujo o horário, trabalho e ações não se tem controle, isso é algo que não vai  
731 mais acontecer. A palavra passa à conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro**, que inicia  
732 dizendo que respeita o Dr Adilson, mas se ele não sabe o que o CEREST faz a Dona  
733 Olga Rios, presidente da RENAST sabe, ela pediu para que a Renata fizesse um  
734 relato de experiência, isso esta no documento entregue ao secretario onde diz ”  
735 *Painel-Experiência do CEREST Londrina, Câncer Ocupacional*”. Este trabalho é  
736 referencia nacional, pois o CEREST trabalha e ele não e uma brincadeira, e as  
737 pessoas que hoje lá estão tem um trabalho de referencia nacional, sendo que se é  
738 preciso se controlar o horário que cada um faz eu concordo com vocês, pois não esta  
739 aqui para defender servidor e sim o atendimento do trabalhador, e que se controle o  
740 trabalho e horário que cada um faz, mas os critérios e atribuições e composição do  
741 CEREST estão nas portarias e decretos, e se o senhor Adilson não conhece, podemos  
742 providenciar estes documentos. O diretor **Adilson Castro** diz que o CEREST de  
743 Londrina não existe, pois ele foi extinto, e quem deve procurar esta portaria é a  
744 conselheira Juvira.A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** diz que o CEREST é  
745 estadual –Núcleo Londrina, e na verdade nosso núcleo é restrito e mesmo assim é  
746 referencia Nacional, logo, imagine se ele tivesse todo suporte para trabalhar e não  
747 tivesse gente atrapalhando, e não temos verba federal devido ao fato que temos uma  
748 estrutura muito enxuta.Juvira diz que o que se quer é uma ampliação e onde esta  
749 escrito núcleo que se coloque CEREST, que é o nome deste órgão que trabalha muito,  
750 que ele não atenda 600, mas se ele atender 2 ou 3 trabalhadores terá sido a missão

751 dele. O secretario **Edson Antonio de Souza** diz que discorda de parte da fala da  
752 conselheira Juvira, pois o núcleo tem de atender a quantidade de sua capacidade e  
753 não somente 2 ou 3, pois é recurso público que está ali. A conselheira **Juvira**  
754 **Barbosa Cordeiro** diz que concorda com o secretario e retira sua fala a respeito de  
755 que se o CEREST atender 2 ou 3 terá válido a pena. **Edson** diz que a discussão  
756 sobre se o CEREST existe ou não é inócua, pois a discussão aqui é sobre espaço  
757 físico, e a importância está no serviço que será prestado, o que se quer é instalar o  
758 CEREST no marco zero porque a diretoria a que ele está subordinado fica neste local,  
759 e depois que a estrutura estiver instalada, a primeira ação do gestor será a de chamar  
760 os servidores, e pedir para que eles façam uma proposta de um projeto de saúde do  
761 trabalhador em Londrina, mas, o espaço físico é uma questão de organização da  
762 secretaria. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** pergunta se o secretario Edson dá  
763 sua palavra de que o CEREST, não importa onde estiver instalado, ofertará o  
764 atendimento ao trabalhador e que o trabalho feito relacionado ao câncer do trabalho  
765 vai continuar, bem como todo o trabalho hoje existente, e se houver a possibilidade,  
766 que isso será ampliado. O secretario **Edson Antonio de Souza** responde que sem  
767 dúvida alguma esse é seu compromisso, e somente não se sentou ainda com os  
768 servidores do CEREST porque tudo ainda está sendo organizado, e o decreto com o  
769 novo organograma saiu há apenas dez dias, e para mudar o CEREST foi necessário  
770 primeiro arrumar um local para a farmácia que hoje está em um local muito ruim na  
771 vila da saúde, para isso já foi locado um prédio perto do PAI, para onde será levada a  
772 farmácia de saúde mental e a ação social, para depois abrir espaço na vila onde será  
773 levado o planejamento. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** pede para que seja  
774 resgatado o nome CEREST. O secretario **Edson Antonio de Souza** diz que se o  
775 nome puder ser mudado por decreto isso poderá ser estudado, mas o compromisso de  
776 continuidade do serviço e de condições de trabalho é obrigação do gestor. A  
777 conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** diz que gostaria que não houvesse nenhum tipo  
778 de retaliação aos servidores. O secretario **Edson Antonio de Souza** diz que isso  
779 jamais acontecerá. A palavra passa ao conselheiro **Ildo Ioris**, que diz como hoje na  
780 existe um CEREST Municipal, não há como colocar o nome CEREST, pois o que  
781 existe é um núcleo do CEREST macro regional norte 1. Ildo diz que a preocupação é  
782 no sentido da continuidade das atribuições e se o gestor entende que esse núcleo é  
783 um serviço de especialidade do Município ou não. O secretario **Edson Antonio de**  
784 **Souza** diz que quem atende o servidor público é a diretoria de gestão ocupacional na  
785 CAAPSM. Ildo pergunta se existe interesse na implantação do CEREST Municipal. O  
786 secretario **Edson Antonio de Souza** responde que o caminho é nesta direção, e o  
787 que se quer é fortalecer o núcleo para que o trabalho dele apareça ainda mais, até que  
788 finalmente se possa pleitear um CEREST em Londrina. O diretor **Adilson Castro** diz  
789 que para que isso aconteça, deverá passar pela aprovação do CMS, da CIR, CIB-  
790 Paraná TRIPARTITE, para ir para o MS e ele aprovar. A palavra passa ao conselheiro  
791 **ElieI Joaquim**, que inicia dizendo que o Dr Adilson colocou algumas coisas que  
792 acabam pegando o ego do servidor, e como servidor, se sentiu chateado com as  
793 coisas ditas pelo diretor, sobre eles estarem lá como “uns belos nerôs”, pois isso não é  
794 verdade, todos os servidores têm o seu valor, e se o gestor não os respeita assim, de  
795 alguma maneira terá de respeitar, pois isso acaba magoando os servidores, que são  
796 seres humanos. ElieI continua e diz que talvez o Dr Adilson tenha falado no calor da  
797 discussão, pois são servidores que merecem todo respeito do gestor. ElieI finaliza e diz  
798 que o secretario Edson poderia começar o trabalho no sentido de se implantar o  
799 CEREST em Londrina, mas onde quer que seja instalado o núcleo, que seja um lugar  
800 de acessibilidade facilitada a todos os trabalhadores. A conselheira **Ana Paula**



801 **Cantelmo** faz uso da palavra e diz que a preocupação de cada gestor de saúde  
802 quando implementa ou modifica um serviço, é de observar a relação custo-efetividade,  
803 pois as questões do ponto de vista da produtividade tem de ser observadas. Cantelmo  
804 diz que na ultima semana, houve uma audiência pública chamada pelo MPT, na qual a  
805 ISCAL esteve presente em duas posições: uma enquanto empregador e outra  
806 enquanto serviço de saúde que atende não somente acidente de trabalho, mas  
807 também uma instituição que atende pessoas com doenças relacionadas ao  
808 trabalho. Cantelmo diz que com as mudanças da legislação e a obrigação de  
809 notificação, é necessário que a política municipal e serviços especializados se  
810 envolvam na capacitação da rede de atenção de uma forma geral, pois a norma esta  
811 aí e as pessoas estão adoecendo cada vez mais. A conselheira **Eliane da Silva**  
812 **Nascimento** sugere que já que como foi dito que não existe saúde do trabalhador em  
813 Londrina, que a Dr<sup>a</sup> Mara, Renata e Claudete elaborem uma apresentação para o CMS  
814 sobre o trabalho do CEREST. **Eliane** pergunta o que já foi adquirido com os 314 mil  
815 aprovados e se os equipamentos que foram comprados serão enviados para o novo  
816 local. O secretario **Edson Antonio de Souza** responde que a verba foi aprovada aqui  
817 e enviada para gestão pública, mas na Prefeitura não se compra em 5 ou 10 dias, pois  
818 há todo o processo licitatório e isso demanda um certo tempo. A conselheira **Maria**  
819 **Osvaldina** faz uso da palavra e diz que conhece o ótimo trabalho desenvolvido pela  
820 Dr<sup>o</sup> Mara e gostaria que ela continuasse. **Osvaldina** diz que gostaria que fosse visto  
821 uma política no município para saúde do trabalhador. **Osvaldina** finaliza e pede ao  
822 secretario que não mude o local da secretaria do CMS. O secretario **Edson Antonio**  
823 **de Souza** diz que ira avaliar a situação e se for possível o CMS será mantido onde  
824 está atualmente. O diretor geral **Adilson Castro** faz uso à palavra, e diz que existe  
825 uma comissão deste conselho chamada CIST, que é quem acompanha os trabalhos  
826 da saúde do trabalhador em Londrina, logo, que esta comissão se reúna com o CMS  
827 para discutir a questão. Adilson diz que o objetivo é de se estudar e chegar a uma  
828 política de saúde do trabalhador em Londrina, pois é necessário aumentar o número  
829 de notificações, que atualmente são irrisórias e ínfimas, sendo que é preciso ter estes  
830 servidores da saúde do trabalhador lado a lado com os serviços de saúde de Londrina,  
831 orientando, e não fazendo ambulatório. **Adilson** diz que respeita todos os servidores  
832 que estão no núcleo e conhece a capacidade de cada um deles e jamais disse que  
833 não conhecia ou que não eram capacitados, e se alguém entendeu mal que lhe  
834 perdoe, pois não foi o que quis dizer, e o que disse foi que em gestões passadas  
835 houveram desvios nas finalidades deste grupo, e pode apontar a qualquer um dos  
836 conselheiros estes desvios. **Adilson** diz que os 314 mil estavam parados desde 2007,  
837 e o que foi feito foi um novo plano de aplicação, inclusive agora esta sendo comprado  
838 uma van para transporte de cadeirante, pois não existia, e o que não se quer mais é  
839 que tudo fique solto como era, e de maneira alguma isso era culpa dos servidores que  
840 lá estão, mas do jeito como estava não podia ficar. O secretario **Edson Antonio de**  
841 **Souza** diz que será solicitada a apresentação da saúde de trabalhador na próxima  
842 reunião, e o objetivo é que se se construa, em conjunto, uma política de saúde do  
843 trabalhador em Londrina. A diretora Sandra Caldeira faz uso da palavra e diz que  
844 enquanto diretora, a finalidade principal é de resgatar o núcleo, fazer o acolhimento e  
845 fortalecer o serviço, pois desde 2009 eles ficaram a margem e sem diretoria. O  
846 secretario Edson Antonio de Souza faz uso da palavra e passa ao ultimo ponto de  
847 pauta da reunião: **Informes**. A conselheira **Janaina Mazzer** informa que esteve  
848 participando da reunião da Comissão de Acompanhamento no terceiro bloco do  
849 programa HOSPSUS na 17<sup>a</sup> regional. A conselheira **Maria Osvaldina** informa na  
850 ultima terça-feira foi a abertura do Congresso Nacional do MOPS, onde todos os

851 estados participaram, sendo que ela foi eleita a representante das mulheres do estado  
852 do Paraná. Osvaldina informa que no dia 06 de julho, cobrou o secretário do estado  
853 sobre sua promessa de resolver os problemas das filas de cirurgia e exame em  
854 Londrina do HZN e HZS. A conselheira **Joelma** Carvalho informa que esteve em uma  
855 reunião no HZS, a qual foi enviado o convite ao secretário e ele não compareceu, por  
856 isso, gostaria de fazer o convite para que o secretário, assim como os demais  
857 conselheiros, possam comparecer na próxima sexta-feira em uma reunião no HZN, às  
858 19:00. **Joelma** diz ainda que foi discutida na reunião executiva a ideia de se fazer um  
859 debate entre os candidatos a prefeito, para que eles possam apresentar suas  
860 propostas relacionadas à saúde, responder questões e assinar uma carta de intenções  
861 assumindo o compromisso com o CMS. A conselheira Mara Rossival diz que gostaria  
862 de agradecer publicamente a Dr<sup>a</sup> Cleuza Bernardo, presidente do DECEBAS, por sua  
863 ajuda junto à receita federal na compra de equipamentos importados para atendimento  
864 ginecológico. O conselheiro Valmir Alves da Rocha diz que gostaria de fazer um  
865 agradecimento aos diretores do HZS, Santa Casa e principalmente do HU, no  
866 tratamento que os hospitais dão aos policiais que acompanham os detentos  
867 hospitalizados. Valmir sugere a possibilidade de que fosse fornecida uma refeição  
868 para o policial militar que está em escolta de presos no Hospital Evangélico. O  
869 secretário **Edson Antonio de Souza** diz que será encaminhado um pedido ao  
870 Hospital Evangélico para que forneça a refeição. O conselheiro Natal de Oliveira  
871 informa que a UBS do centro está com apenas um medido e o carro do PSF está  
872 quebrado há 3 meses, por isso, gostaria que o secretário pudesse estar resolvendo  
873 este problema. O secretário **Edson Antonio de Souza** diz ir verificar a questão do  
874 médico com o diretor da DAS, e com relação ao carro, esta sendo licitada a nova  
875 empresa que irá fazer o conserto dos veículos e estão sendo adquiridos 26 novos  
876 carros para a frota. A conselheira Ana Paula Cantelmo convida a todos para o  
877 lançamento do livro de 75 anos da Santa Casa, hoje no museu de Londrina. Cantelmo  
878 informa que na última quinta-feira foi feita uma reunião da comissão de saúde da  
879 mulher e havia dois membros da secretaria da mulher que não compareceram, por  
880 isso, gostaria de pedir ao secretário que fizesse esta interlocução no sentido de  
881 convidá-los a participar, pois houve mudanças em muitas secretarias. O conselheiro  
882 **Eliel Joaquim** informa que ainda está em greve e gostaria de parabenizar os  
883 servidores do município de Londrina no trabalho da dengue. A conselheira Eliane da  
884 Silva Nascimento informa que a primeira oficina de capacitação técnica está em fase  
885 de conclusão e ia acontecer dia 24 de setembro no sindicato da AAPP, na JK 1834,  
886 das 13 às 18 horas, sendo que o primeiro tema será controle social e resgate histórico  
887 do SUS. A conselheira Lazara Regina pede para que os conselheiros municipais  
888 reforcem o convite junto aos conselheiros locais, para que participem desta primeira  
889 oficina de capacitação. A conselheira **Rosicler Amarins** informa que a UBS Lindóia  
890 ficou 30 dias sem pediatra e que a UBS Mister Thomaz já está há 6 meses sem este  
891 profissional, por isso, já solicitou ao diretor da DAS que seja enviado um pediatra ao  
892 Lindóia pelo menos 2 vezes na semana, porque a UBS atende mais de 12  
893 bairros. Rosicler informa ainda que foi convidada a trabalhar no projeto de educador de  
894 endemias nos bairros e teve a ideia de trabalhar junto com os educadores físicos de  
895 sua região. O conselheiro **Ildo Ioris** reforça o convite aos conselheiros para que  
896 participem no próximo sábado, do Dia Nacional de Ação Social da Construção Civil. A  
897 conselheira Juvira Barbosa informa que participou de um encontro técnico, o qual  
898 reuniu aproximadamente 200 pessoas e que suscitou a questão da necessidade da  
899 formatação do P2R2 e Regional. Juvira informa sobre a questão das endemias, sendo  
900 que está sendo iniciada a questão dos educadores, onde a Associação dos Moradores

901 do Jd Leonor ira juntar alunos do curso técnico em meio ambiente, técnico em  
902 segurança do trabalho, no sentido de informar e organizar a sociedade sobre coleta  
903 seletiva e outras questões sobre a dengue.A conselheira **Sandra Iara Sterza** justifica a  
904 ausência da conselheira Isaltina que esta adoentada.A conselheira Márcia Zambrim  
905 informa que no dia 08 de agosto, aconteceu a reativação do conselho de saúde do  
906 parque Alvorada, que contou com uma assembléia de 38 pessoas. Zambrim informa  
907 que o CES, juntamente com outros órgãos, estará participando a manifestação Saúde  
908 10, dia 23 de agosto, das 10 às 12 horas. Zambrim justifica a ausência do conselheiro  
909 Marcos Adirley. O conselheiro Nobuaqui Hasegawa parabeniza o secretario Edson  
910 pela condução serena e tranqüila da reunião do CMS.Nobuaqui continua e diz que  
911 aproveitando o assunto de saúde do trabalhador, o Hospital dos Olhos tem 2  
912 funcionários com câncer em fase terminal, e não foi deixado de recolher a UNIMED  
913 deles e dar toda a assistência, pois é muito importante a valorização do trabalhador e  
914 das pessoas.Nobuaqui diz desde que setores da Prefeitura, INDG, estão entendendo  
915 de forma errada uma consultoria tão importante como o INDG, pois quando se fala em  
916 auditoria, a palavra do latim “audire”, que significa ouvir, logo, auditoria não significa  
917 punir ou perseguir, e nela é importante não tratar pessoas diferentes de forma igual,  
918 pois existem pessoas seria que devem ser respeitadas.Nobuaqui finaliza e diz que  
919 poderia fazer muito mais se não descontassem ISS, mas mesmo com este desconto  
920 estamos fazendo muitas coisas pela população, a qual merece todo este trabalho.O  
921 conselheiro **Eliel Joaquim** faz uso da palavra e diz que no dia em que for marcado o  
922 debate entre os candidatos a prefeito, uma das coisas que deve estar na pauta é a  
923 isenção do ISS para a Clínica do Drº Nobuaqui, pois assim ele poderá fazer ainda  
924 mais pela população de Londrina.O conselheiro Nobuaqui Hasegawa diz que na  
925 verdade, sua instituição possuía o titulo de utilidade Pública Municipal, Estadual e  
926 Federal, e quem tem esse titulo é isento do ISS, mas, acontece que auditores, que  
927 nem sequer fizeram uma visita ao hospital e baseado no documento que nós  
928 enviamos, chegaram à conclusão que o hospital foi transformado em uma instituição  
929 sem fins lucrativos para fazer falcaturia e sonegar imposto, dizendo que não somos  
930 uma instituição sem fins lucrativos, sendo que é basta entrar no CNES do Hospital de  
931 Olhos para ver que é uma instituição sem fins lucrativos de caráter filantrópico, pois  
932 será que o MS coloca coisa que não é real.Nobuaqui diz que é difícil trabalhar e se  
933 dedicar a atender a população carente, e não tira nada do hospital porque não pode e  
934 é uma instituição sem fins lucrativos, e muitas vezes já injetou recurso de herança  
935 para viabilizar o hospital, sendo que agora vem esse pessoal falando que fazemos  
936 falcaturia para sonegar imposto, isso é uma coisa que não ira aceitar.A conselheira  
937 Juvira Barbosa diz que ajudar a clinica do Drº Nobuaqui é ajudar a comunidade de  
938 Londrina.A conselheira **Margarida de Fátima Fernandes** faz uso da palavra e diz que  
939 gostaria de devolver o agradecimento ao conselheiro Valmir Rocha em relação ao  
940 atendimento aos policiais em serviço, e em uma reunião na semana passada, foi  
941 definido que os policiais que estiverem fazendo ronda nos arredores do HU, podem e  
942 são nossos convidados para fazerem a refeição na instituição, inclusive gostaria de  
943 agradecer a policia militar por toda ajuda prestada em um caso ocorrido recente no  
944 hospital.A palavra passa ao diretor geral Adilson Castro, que inicia dizendo que é em  
945 relação ao Movimento Saúde Mais 10, é muito importante à coleta de assinaturas, pois  
946 isso vai ser um projeto de lei de iniciativa popular, que vai para a câmara federal, logo,  
947 será disponibilizada a lista para assinatura em todas as UBS's.**Adilson** informa ainda  
948 que desde o dia 6 de agosto, estamos dando um atendimento de logística para Cambe  
949 e região, e a Santa Casa de Cambe, em um ato unilateral, interrompeu o atendimento  
950 as gestantes do seu municipio, e isso é uma coisa extremamente grave e de uma

951 irresponsabilidade enorme da direção deste hospital, a ponto de no ultimo domingo,  
952 terem sido realizados 2 partos dentro do pronto atendimento deambe, o que é um  
953 absurdo, esse assunto inclusive tem de ser levado ao CES.A palavra passa ao senhor  
954 Cleiton, servidor da endemias, que inicia dizendo que o projeto educadores nos bairros  
955 conta com 14 educadores, e para fazer este trabalho é necessário o apoio dos  
956 conselheiros, pois não sabemos quem procurar dentro de cada região e para saber  
957 que são os presidentes de bairro dentro de cada área.Cleiton finaliza e diz que é  
958 preciso trabalhar com a comunidade para atingir gradativamente os objetivos de  
959 educação e saúde para todos.O conselheiro **Eliei Joaquim** diz que realmente existe o  
960 problema de que os presidentes de bairro não estão atuando, e outra questão é rever  
961 o numero de imóveis por educador, pois é uma numero muito grande e tem de ser  
962 revisto.O secretario **Edson Antonio de Souza** diz que ainda é um projeto piloto e  
963 durante sua execução serão feitas às adequações necessárias.A conselheira **Márcia**  
964 **Zambrim** convida o senhor cleiton a participar da reunião da pastoral da saúde.O  
965 secretario de saúde **Edson A.Souza** justifica a ausência dos seguintes  
966 conselheiros:Carmem Lucia, Marcos Adirley, Maria Célia Gregh, Julia Miyamoto,  
967 Adriana Dorta e Djamedes Maria Garrido.Edson informa que todas as UBS' de  
968 Londrina já estão com o programa de fitoterapia.Edson informa que a Drª Fátima  
969 Tomimatsu esta pedindo a indicação de 3 conselheiros para participarem da comissão  
970 de avaliação dos contratos que forma firmados com a APAI, APSDOWN,COL,Espaço  
971 Escuta, Flavia Cristina, ILES e ILTIC.Edson informa que o servidor Antonio Carlos,  
972 agente de saúde, está retornando para a 17ª Regional de Saúde.Edson informa que o  
973 CISMENPAR esta comunicando a substituição do conselheiro suplente Paulo Roberto  
974 Frazon pelo senhor Joselito T.Hajjar.Edson diz que a senhora Maria C. Rodrigues Gil  
975 solicitou um ponto de pauta sobre o relatório das ouvidorias municipais, o qual será  
976 pautado para a próxima reunião do CMS.Edson continua e diz gostaria de fazer um  
977 esclarecimento sobre as cirurgias eletivas que estão sendo anunciadas na imprensa e  
978 pelo CISMENPAR, pois não é bem isto o que esta acontecendo, e nos temos hoje 15  
979 mil pessoas que estão na fila, o CISMENPAR fará uma triagem destas pessoas, o  
980 medico então ira dizer qual é a especialidade dentro da ortopedia que ele será  
981 atendido, e depois desta triagem estes pacientes passarão por uma consulta com o  
982 especialista, que ira indica se é cirúrgico,ambulatorial ou fisioterapia, e, a partir deste  
983 momento ele vai entrar na nossa escala normal de atendimento, e não existe neste  
984 momento, via CISMENPAR, nenhum mutirão de cirurgias em que temos recurso para  
985 operar todo mundo que esta lá.O diretor Adilson Castro coloca que da maneira como  
986 saiu na imprensa, tem-se a impressão de que o CISMENPAR vai fazer um mutirão de  
987 cirurgias e operar 15 mil pessoas, mas não é isso que vai acontecer. O secretario de  
988 saúde **Edson A.Souza** propõe um ponto de pauta para a próxima reunião sobre a  
989 questão das cirurgias eletivas. Edson informa que foi dado um parecer por este  
990 conselho, a respeito das entidades eleitas para o Conselho Municipal de Saúde: *As*  
991 *entidades poderão indicar e reconduzir conselheiros titulares já eleitos em pleitos*  
992 *anteriores, desde que seja observado esta seqüência”,* ou seja, alterou a lei do nosso  
993 conselho. Edson continua a leitura: *“...recondução para duas gestões consecutivas,*  
994 *vedada a recondução na gestão seguinte e nova recondução para mais duas gestões*  
995 *após o intervalo de que trata o inciso anterior.*Edson diz que a lei supracitada foi  
996 aprovada pela CML, foi vetada pelo prefeito e a câmara derrubou o veto e promulgou a  
997 lei como rejeição de veto total, sendo então aprovado o projeto de lei 429, que tinha  
998 parecer contrario do CMS.Edson coloca em votação a proposta de uma reunião  
999 extraordinária do CMS, dia 29 de agosto às 14 horas, tendo como único ponto de  
1000 pauta a reunião com os candidatos a prefeito no município de Londrina, sendo a

1001 proposta aprovada de forma unânime por todos os conselheiros. Edson continua e diz  
 1002 que é preciso **escolher 2 conselheiros representantes dos usuários e 1 do**  
 1003 **segmento dos trabalhadores em saúde para compor a Comissão Executiva.**O  
 1004 segmento dos trabalhadores indica o conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos**. Após  
 1005 uma calorosa discussão, o seguimento dos usuários indicou o nome dos conselheiros  
 1006 **Ildo Ioris e Maria Osvaldina de Mello**. Não havendo mais assuntos a serem tratados,  
 1007 o secretário de saúde e presidente do CMS, Edson Antonio de Souza, encerra a  
 1008 reunião. Esta ata foi digitada pelos servidores Anderson Luiz Oliveira Silva, Divina  
 1009 Alves T. Marcucci, revisada por Sandra Bavia, e será assinada pelos conselheiros  
 1010 abaixo:

Titular	Edson Antônio de Souza	
Suplente	Adilson Castro	
Titular	Djamedes Maria Garrido	Ausente com justificativa
Suplente	José Carlos Moraes	Ausente
Titular	Jose Luiz de Oliveira Camargo	
Suplente	Janaina Mazzer Salinet	
Titular	Angela Caires	
Suplente	Sueli Regina Cabral	Ausente
Titular	Lazara Regina de Resende	
Suplente	Carmem Lucia Lazaro Garcia	Ausente com justificativa
Titular	Isaltina Pires Cardoso	Ausente com justificativa
Suplente	Sandra Iara Sterza	
Titular	Eliel Joaquim dos Santos	
Suplente	Nadya Christhiane Silveira Pelizzari	
Titular	Fahd Haddad	
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	
Titular	Mara Rossival Fernandes	
Suplente	Artemizia Bertolazzi Martins	
Titular	Aylton Paulus Junior	
Suplente	Margarida de Fatima F. Carvalho	
Titular	Maria Célia Paiva Rodrigues Greggi	Ausente com justificativa
Suplente	Paulo Roberto Franzon	Ausente
Titular	Paulo Fernando Moraes Nicolau	Ausente
Suplente	Nobuaki Hasegawa	
Titular	Maria Angela Magro	
Suplente	Natal de Oliveira	
Titular	Valmir Alves da Rocha	
Suplente	Ivete Nobile	
Titular	Eliane da Silva Nascimento	
Suplente	José Aparecido Martins	Ausente com justificativa
Titular	Wagner Aguiar	
Suplente	Terêncio de Lima	
Titular	Maria Osvaldina de Mello Oliveira	
Suplente	Elaine Bordin	Ausente
Titular	Juvira Barbosa de Souza Cordeiro	
Suplente	Carlos Enrique Santana	Ausente
Titular	Rosicler Amarins de Moura Vaz	
Suplente	Antonio Barrichello	
Titular	Julia Satie Miyamoto	Ausente com justificativa

Suplente	Honorina Irene Silva Santo	Ausente
Titular	Adriana Xavier Dorta	Ausente com justificativa
Suplente	Edson Facundo	Ausente com justificativa
Titular	Marcos Adirley Alves	Ausente com justificativa
Suplente	Márcia Beghini Zambrim	
Titular	Joelma Aparecida de Souza Carvalho	
Suplente	Elizabeth Bueno Candido	
Titular	Ildo Ioris	
Suplente	Ana Barbara de T. Lourenço Jorge	Ausente

1011